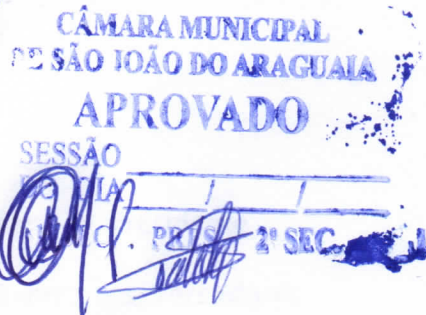




PROJETO DE LEI Nº 017

DE 30 DE SETEMBRO DE 2020



Dispõe sobre concessão de Título Definitivo de um terreno Urbano, a Sr. Divancléude Mendes da Silva, no Município de São João do Araguaia.

A Prefeitura Municipal de São João do Araguaia, Estado do Pará, faz saber que a Câmara Municipal de São João do Araguaia, aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º Fica o poder executivo Municipal de São João do Araguaia,

Autorizado a auto conceder por **TÍTULO DEFINITIVO**, um terreno do Patrimônio Público Municipal **Divancléude Mendes da Silva**, localizado na Rua Brasil, Vila Apinagés, Município de São João do Araguaia/PA.

Artigo 2º O Referido terreno tem limites, dimensões e características seguintes:

Pela frente com a Rua Brasil medindo 11,00m; pelo lado direito com a senhora Maria de Fátima da Silva medindo 27,00; pelo lado esquerdo com a Igreja Adventista do Sétimo Dia medindo 27,00m; e aos fundos com o senhor João Carneiro medindo 11,00m; totalizando uma área de 297,00m² com um perímetro de 76,00 metros.

Artigo 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, 30 DE SETEMBRO DE 2020

João Neto Alves Martins
Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA

Exm. Sr. Presidente,

Exmos. Srs. Vereadores

Prezados senhores,

Em anexo, encaminhamos a Vossas Excelências, o Projeto de Lei, que dispõe sobre o **Título Definitivo**, ao qual se localiza o referido terreno. Objetivando regulamentar legalmente o mesmo, a Secretaria municipal de Habitação e Assuntos Fundiários deste Município, de acordo com os padrões normais, seguindo os tramite legal concede ao mesmo em apreço, por trata-se de uma área do Patrimônio Municipal, em que o interessado requereu junto a esta Prefeitura, observado as documentações exigíveis em anexo conforme as exigências desta secretaria. Ressaltamos ainda que o referido lote já possui uma casa residencial, localizado na Rua Brasil, Vila Apinagés, Município São João do Araguaia/PA.

De acordo com a plenitude dos documentos em anexos, encaminhamos a vossas Excelências para apreciação e posterior aprovação do Projeto de Lei em anexo.